

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.247 - MG (2019/0258041-4)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : GLAUCIA CARNEIRO PARANAIBA**  
**ADVOGADO : ÉRICO XAVIER LIMA - MG088364**  
**AGRAVADO : FRANCISCO SANTIAGO CARNEIRO**  
**AGRAVADO : GUILHERME LAGE MARTINS**  
**ADVOGADO : FABIO OLIVEIRA MACEDO - MG131978**  
**AGRAVADO : PARAMAR SUPERMERCADO LTDA - MASSA FALIDA**  
**ADVOGADO : ALMIR AFONSO BARBOSA - ADMINISTRADOR JUDICIAL -**  
**MG056277**

## **DESPACHO**

O recolhimento das custas judiciais foi realizado em desacordo com o disposto na Resolução do STJ vigente à época da interposição do recurso, a qual dispõe que, no momento do preenchimento da GRU Cobrança, deverão ser indicadas obrigatoriamente as informações exigidas no formulário eletrônico disponível no *site* do Tribunal (<http://www.stj.jus.br>), de acordo com o tipo de ação ou recurso escolhido.

De fato, a parte indicou erroneamente o "Processo na Origem" ou "Número do Processo que consta no Acórdão Recorrido" na guia de recolhimento das custas judiciais juntada aos autos, uma vez que o número utilizado não corresponde aos existentes na origem.

Dessa forma, nos termos do § 7º do art. 1.007 do Código de Processo Civil, **intime-se a parte recorrente para sanar o vício apontado, efetuando, caso seja necessário, novo recolhimento no prazo de cinco dias, sob pena de não conhecimento do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente